



## PARTE D

### SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

#### Despacho n.º 9307/2011

Nos termos do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 354/97, de 16 de Dezembro, e nos artigos 1.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 188/2000, de 12 de Agosto (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 74/2002, de 26 de Março), exonero, a seu pedido, do cargo de secretária pessoal do Senhor Vice-Presidente, Juiz Conselheiro Rosendo Dias José, a Mestre Carla Sofia Tomé d'Alte da Fonseca, com efeitos a partir de 11 de Julho de 2011.

20 de Julho de 2011. — O Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, *Lúcio Alberto de Assunção Barbosa*.

204942397

### TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DO PORTO

#### Anúncio n.º 10734/2011

Faz-se saber, que nos autos de acção administrativa especial, registados sob o n.º 1428/11.6BEPRT, que se encontram pendentes na Unidade Orgânica 5 do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, em que são Autores Duarte Marcelo da Cruz Lourenço e Graça Maria da Silva Duarte e demandado Hospital de S. João, E. P. E. são os Contra-Interessados Maria da Glória Meinedo Marques; José António Pinto Bacelar Fraga; Carlos Manuel Monteiro Ferreira, Maria Madalena Fernandes Ramos Pacheco; Maria Margarida Silva Vieira Ferreira; Maria Adelaide Pereira Ferreira; Maria Natividade Fernandes Lourenço; Maria Laura Valença Martins Vieira; Maria Clara Lopes Peixoto Braga; Rosa Maria Sousa Cardoso Amaro; Maria Graça Barroso Vilela Cabeço Rente; Natália Maria Antunes Sampaio Fernandes; Maria Margarida Madureira Gomes da Silva; Maria Malvídia Faria Morais; Maria Isabel Rodrigues; Maria Manuela Martins Rocha Ferraz; Maria Olímpia Pereira Cepeda; Maria Arminda Barbosa Castro Guimarães Costeira; Rosa Maria Albuquerque Freire; Maria Adelaide Azevedo Moura Malheiro; Maria Narcisa Costa Gonçalves; Maria Fátima Bento Queirós Carvalho; Maria Matilde Pereira Ferreira do Amaral; Filomena Maria Silva Ramos; Fernanda Pinto Sousa Martins; Manuel Vieira Mendes; Isabel Rosa Silva Couto Santos; Maria Manuela Mendes Murta; Maria Mariete Silva Alves; Elisa Maria Jorge Silva Cabral; Maria Madalena Silveira Santos Gordilho Antunes; Maria Manuela Silva Resende; Maria Fernanda Martins Santos Oliveira; Ermelinda Maria Costa Coelho Machado; Silvana Santos Fernandes Ranhada; Deolinda Ferreira Ribeiro Branco; Maria Cristina Pratinha Araújo; Margarida Garcia Bordalo Bento; Maria Fátima Monteiro Pereira Ferreira; Maria Alexandra Barros Pedroso Pães Amaral; Olinda Maria Lopes Dias Vieira Mendes; Maria Conceição Felgueiras Freixo Portela; Maria Amélia Alves Moreira Ramalhão; António José Henriques Ferreira; Maria Lurdes Alves Francisco; Maria Margarida Diogo Borges; Laurinda Pereira Oliveira Vasconcelos; Graça Maria Pereira Silva; Glória Pinto Reis; Maria Carmo Marques Prucha; Maria Fátima Ferreira Gomes Dias; José Cerqueira Pereira; Ana Maria Costa Mota; Vítor Manuel Rodrigues Rua Costa; Alzira Nunes Morais Rocha; Cândida Maria Fidalgo Maciel; Ernestina Carmo Ribeiro Fernandes; Maria Gabriela Leite Ribeiro Couto; Maria Teresa Malta Afonso Reis; Maria Sameiro Martins Ferreira Sampaio Fernandes; Jorge Fonseca Santana Barros Freire; Maria Céu de Assunção Fontoura; Júlio Fernando Freitas Marinho; Maria Edita Carneiro Silva Cambey; Maria João Lima Pereira Magalhães Amora; Filomena Braga Chaves Tavares; Maria Luísa Areias Pereira; Maria Fernanda Nascimento Cruz, Todos com residência oficial no Hospital de São João EPE; Alfredo Eduardo Argulho Alves, com domicílio profissional no Centro Hospitalar do Porto EPE — Unidade Hospital de Santo António, sito ao Largo Prof. Abel Salazar, 4099-001 Porto; António José Neves Silva Giro com domicílio profissional Hospital de Magalhães Lemos EPE, sito na R. Prof. Álvaro Rodrigues, 4149-003 Porto; Maria de Fátima Sousa Campos, com domicílio profissional no ULS Matosinhos EPE, Hospital Pedro Hispano, sito à R. Dr. Eduardo Torres, 4464-313 Senhora da Hora citados, para no prazo de quinze dias se constituírem como contra-interessados no processo acima indicado, nos termos do artigo 82.º, n.º 1 do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, cujo objecto do pedido consiste em a presente acção ser julgada procedente e, em consequência, serem anuladas as deliberações impugnadas e o Réu

condenado a, proceder de forma a não pôr em causa a situação jurídica dos Autores decorrente da sua nomeação, desde 02-05-2005, como Enfermeiros Chefes, reconhecendo-as como definitivas., atento os fundamentos constantes da petição inicial, cujo duplicado se encontra à disposição na secretaria.

Uma vez expirado o prazo para se constituírem como contra-interessados, consideram-se CITADOS para contestar, no prazo de 30 dias, a acção acima referenciada pelos fundamentos constantes da petição inicial, cujo duplicado se encontra à disposição na secretaria, com a advertência de que a falta de contestação ou a falta nela de impugnação especificada não importa a confissão dos factos articulados pelo autor, mas o tribunal aprecia livremente essa conduta, para efeitos probatórios;

Na contestação, deve deduzir, de forma articulada, toda a matéria relativa à defesa e juntar os documentos destinados a demonstrar os factos cuja prova se propõe fazer.

Caso não lhe seja facultado, em tempo útil, a consulta ao processo administrativo, disso dará conhecimento ao juiz do processo, permitindo-se que a contestação seja apresentada no prazo de 15 dias contado desde o momento em que o contra-interessado venha a ser notificado de que o processo administrativo foi junto aos autos.

De que é obrigatória a constituição de advogado, nos termos do artigo 11.º, n.º 1 do CPTA;

O prazo acima indicado é contínuo e terminando em dia que os tribunais estejam encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

18 de Maio de 2011. — O Juiz de Direito, *Paulo Augusto Cardoso de Moura*. — O Oficial de Justiça, *Abel António Carrilho Rodrigues*.

204946488

### 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ALBUFEIRA

#### Anúncio n.º 10735/2011

#### Processo: 1835/11.4TBABF Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

Tribunal Judicial de Albufeira, 1.º Juízo de Albufeira, no dia 14-07-2011, às 16:22 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência no Processo: 1835/11.4TBABF Insolvência pessoa colectiva Apresentação do devedor:

Logica Mente-Agência de Publicidade e Marketing, L.ª, NIF — 502119063, Endereço: Rua Alexandre Herculano, Conj. Ria Formosa, Fração Bz, 8200-251 Albufeira com sede na morada indicada, Administrador do devedor: Luis Manuel Inglês Loia, a quem é fixado domicílio na morada indicada, Monte Costa, 8375-214, São Marcos da Serra.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada,

Dr. José Estêvão Pinto de Oliveira, Endereço: Av. Conde Valbom, 67, 4.º E, Lisboa, 1050-067.

Fica determinado que a administração da massa insolvente será assegurada pelo devedor, nos precisos termos e com as limitações impostas na sentença.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas directamente ao Administrador da Insolvência.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno alínea i do artigo 36.º CIRE.

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada, ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante da sentença n.º 2 artigo 128.º

do CIRE, acompanhado de todos os documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE.

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar n.º 1, artigo 128.º do CIRE:

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 13-09-2011, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias artigo 42.º do CIRE, e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias artigo 40.º e 42 do CIRE.

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil n.º 2 do artigo 25.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais n.º 1 do artigo 9.º do CIRE. Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

20-07-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Susana Ribeiro*. — O Oficial de Justiça, *Maria José Sequeira*.

304940825

## 2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ALCOBAÇA

### Anúncio n.º 10736/2011

Publicidade de Despacho Inicial Incidente de Exoneração Passivo Restante e Nomeação de Fiduciário nos autos de Insolvência N.º 705/11.0TBACB, em que é:

Insolvente: Selda Emília Silva Coelho Aurélio, estado civil: Desconhecido (regime: Desconhecido), NIF 115776591, BI 2604291, segurança social n.º 11110167003, Endereço: Bairro Hipólito, Edifício 17, 1.º, esquerdo, 2460-001 Alcobaca.

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra-identificado, foi proferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante.

Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado: Dr. Arnaldo Pereira, NIF: 105856533, Endereço: Rua do Engenheiro Duarte Pacheco, 13, 2.º, direito, 2500-198 Caldas da Rainha.

Durante o período de cessão, o devedor fica obrigado (5 anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência), o devedor fica obrigado a:

Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufera, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado; Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto; Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão; Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego;

Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

(N/Referência 3157250 de 13-07-2011)

13-07-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Laura Catarino*. — O Oficial de Justiça, *Carla Maria Ferraz da Silva*.

304910855

## TRIBUNAL DA COMARCA DO BAIXO VOUGA

### Juízo de Comércio de Aveiro

#### Anúncio n.º 10737/2011

#### Processo: 1474/10.7T2AVR

#### Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Insolvente: R. M. C. — Revestimentos de Mármore Compactos, S. A.

Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência acima identificados em que são: Insolvente: R. M. C. — Revestimentos de Mármore Compactos, S. A., NIF 500978417, Endereço: Rua do Vale do Junco, 3770-909 Oliveira do Bairro. Administrador da Insolvência: Dr. Inácio Peres, Endereço: Praça do Bom Sucesso, N.º 61-5.º, Sala 507, 4150-144 Porto.

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi designado o dia 08-09-2011, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores para discussão e aprovação do Plano de Insolvência. Ficam ainda notificados de que a proposta do Plano de Insolvência se encontra à disposição dos interessados, para consulta, desde a data da convocação, e que o mesmo sucederá com os pareceres eventualmente emitidos pelas entidades referidas no art.º 208 do CIRE, durante os 10 dias anteriores à realização da assembleia, na secretaria do Tribunal. Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Art.º 72 do CIRE).

01-07-2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Nuno Marcelo de Nóbrega dos Santos de Freitas Araújo*. — O Oficial de Justiça, *Conceição Sá*.

304865496

#### Anúncio n.º 10738/2011

#### Processo: 1093/09.0T2AVR

#### Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificadas em que é Insolvente: José Varela Ferreira, L.ª, NIF — 501310533, Endereço: Rua Orlando Oliveira, N.º 22 — A, Forca — Vouga, 3800-004 Aveiro e Administrador de Insolvência: Dr. Rui Castro Lima, Endereço: Rua Combatentes da Grande Guerra, 29, 3810-087 Aveiro.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado. A decisão de encerramento do processo foi determinada após trânsito em julgado do despacho que homologou o plano de insolvência — artigo 230.º n.º 1 alínea b) do CIRE.

06-07-2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Nuno Marcelo de Nóbrega dos Santos de Freitas Araújo*. — O Oficial de Justiça, *Florbela Soeima*.

304881006

#### Anúncio n.º 10739/2011

#### Insolvência Pessoa Singular (Apresentação)

#### Processo n.º 1194/11.5T2AVR

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

Na Comarca do Baixo Vouga — Juízo do Comércio de Aveiro, no dia 15-07-2011, às 12:12 horas, foi proferida Sentença de declaração de insolvência da Devedora: Ana Cristina Gomes Alves, divorciada, nascida em 28-12-1969, natural da freguesia de Barrô [Águeda], NIF — 194.248.437, CC — 09113848 9 ZZ5, endereço: Rua dos Covões, 73 — 1.º Fte. — Fermentelos — 3750.465 Águeda, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Dra. Olívia de Sousa Passos Mira, endereço: Rua Bombeiros Voluntários, 12 BM — 2.º EP — Apartado 238 — 3750.138 Águeda

Ficam advertidos os devedores da Insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas à Administradora da Insolvência e não à própria Insolvente. Ficam advertidos os credores da Insolvente de que devem comunicar de imediato à Administradora da Insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º do CIRE)